

8º Congresso do CBC

Congresso Brasileiro de Cinema

Nossa história

I Congresso do Cinema Nacional

O primeiro “Congresso do Cinema Nacional” aconteceu entre 22 e 28 de Setembro de 1952, no Rio de Janeiro, como desdobramento de um “Congresso Paulista do Cinema Brasileiro”, realizado em Abril do mesmo ano. Foram discutidas teses relativas à definição de filme brasileiro, à importação de película virgem, à distribuição e exibição, à sindicalização de cineastas e técnicos, à formação de mão-obra e à organização institucional.

O cineasta Moacyr Fenelon, com atuação destacada no Congresso, defendeu que o Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica (SNIC) centralizasse a importação e distribuição de película virgem para todos os produtores do país, a fim de reduzir os custos. Foi também proposta a criação de uma distribuidora única de filmes brasileiros. Foi debatido o anteprojeto de criação do Instituto Nacional de Cinema, encomendado pelo governo de Getúlio Vargas e redigido por Alberto Cavalcanti, sendo sugeridas várias modificações.

Outras participações destacadas foram as de Alex Viany, Nelson Pereira dos Santos, Carlos Ortiz e Marcos Margulíes.

II Congresso Nacional do Cinema Brasileiro



O segundo Congresso, incorporando a palavra “brasileiro” ao nome, foi realizado no ano seguinte, entre 12 e 18 de Dezembro de 1953, desta vez em São Paulo. Presidido pelo ator Alberto Ruschel, o encontro teve participação de delegações do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Os debates aconteceram no auditório da Federação Paulista de Futebol e no Teatro Leopoldo Fróes.

Um artigo publicado pelo cineasta Flávio Tambellini no jornal “Diário da Noite” chamava atenção para o fato de que o mercado cinematográfico francês, com 6 mil salas, importava apenas 150 filmes estrangeiros por ano, enquanto o Brasil, com a metade do número de salas, havia importado 900 filmes em 1952. A partir desses dados, Alex Viany defendeu no Congresso a necessidade de limitação da importação de filmes estrangeiros, sem o que a indústria cinematográfica brasileira não teria espaço para sobreviver. Foi então proposta a taxaço do filme estrangeiro e a utilização da renda obtida em apoio à produção nacional.

O Congresso começou a cindir quando foi aprovada uma manifestação de apoio ao reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e os países comunistas do Leste Europeu, o que gerou protesto dos delegados do SNIC, que reclamaram que os objetivos do encontro haviam sido desvirtuados. A cisão tornou-se mais pronunciada na sessão de encerramento, quando a atriz Tônia Carrero propôs um aumento no preço dos ingressos de cinema em todo o país. A proposta foi interpretada por alguns como tendo partido dos exibidores, por outros, como dos grandes produtores paulistas em crise, e foi rejeitada pelo plenário.

Parte das propostas aprovadas nos dois Congressos Brasileiros de Cinema realizados nos anos 1950 terminaram sendo implementadas, a médio e longo prazo: a taxaço do filme estrangeiro, a criação de escolas de cinema, a organização dos cineastas e técnicos em associações. Com a crise dos grandes estúdios como a Vera Cruz, em seguida ficou claro para a comunidade cinematográfica do país que o espaço de discussão de políticas cinematográficas deveria ser cada vez mais orientado para a relação com o Estado. Não deve ser subestimada a

importância destes Congressos na criação do Geicine em 1961, do INC em 1966, da Embrafilme em 1969 e do Concine em 1976.

III Congresso Brasileiro de Cinema



Mais de quarenta anos após a realização do segundo Congresso, somente no final dos anos 1990 voltou-se a discutir a possibilidade de um encontro amplo, que buscasse assumir os interesses do cinema brasileiro como um todo.

O terceiro Congresso acabou acontecendo em Porto Alegre, entre 28 de Junho e 1º de Julho de 2000, organizado pela Fundacine (Fundação Cinema RS), com apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Foi presidido pelo cineasta Gustavo Dahl e contou com 70 delegados representando 31 entidades de cinema de 9 estados brasileiros, além de mais de 150 observadores sem direito a voto. Pela primeira vez, participaram não apenas cineastas, produtores e técnicos (além de críticos e pesquisadores), mas também exibidores, distribuidores e representantes de emissoras de TV públicas e privadas.

O documento final aprovado pelo terceiro Congresso apontava 69 resoluções, entre elas a continuidade do CBC como entidade permanente e o apoio à criação, no âmbito do Governo Federal, de um órgão gestor da atividade cinematográfica, que viria a ser a Ancine, constituída em Setembro de 2001.

Constituição do CBC em entidade

A transformação do Congresso Brasileiro de Cinema em entidade permanente, conforme havia sido proposto no 3º Encontro, aconteceu no Rio de Janeiro, no dia 15 de outubro de 2000, com a aprovação de um estatuto provisório e a eleição de uma primeira diretoria, também provisória, que seria referendada no Congresso seguinte. O primeiro presidente do CBC foi Gustavo Dahl. 23 entidades assinaram a ata de criação do CBC.

[» Voltar à página anterior](#)